

**MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023**

O Município de Tubarão/SC, situado à rua Felipe Schmidt nº 108, bairro Centro, informa que encontra-se aberta licitação na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço por lote, no endereço eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> (Wcompras), com a finalidade de selecionar propostas visando a contratação de empresa especializada na transformação de um veículo comum em viatura do tipo Auto Resgate (AR) nos padrões do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, conforme requisitado no Memorando (1Doc) nº 1.389/2023.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 10.024/2019, o Decreto Municipal nº 2.450/07, observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- **Recebimento das propostas:**
 - **das 14:00 do dia 24/04/2023, às 13:30 do dia 09/05/2023;**
- **Limite para impugnação ao edital:**
 - **19:00 do dia 04/05/2023;**
- **Início da Sessão Pública do pregão:**
 - **14:00 do dia 09/05/2023.**

Poderão participar da licitação, pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

As dúvidas pertinentes à presente licitação poderão ser esclarecidas através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O modo de disputa adotado no presente Pregão, para o envio de lances, será ABERTO, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, sem intervalo mínimo entre os lances.

1.2 Para a realização deste certame serão utilizados recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

1.3 A realização do procedimento estará a cargo do Pregoeiro, Equipe de Apoio e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

1.4 O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto à Confederação Nacional dos Municípios através do portal de compras municipais, no endereço <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> (Wcompras), e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida terá acesso ao portal.

1.4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

1.4.2 O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

1.5.1 O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

1.6 O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão.

1.7 Neste instrumento convocatório, não estão previstos os benefícios de exclusividade para as microempresas e empresas de pequeno porte, previstos na LC 123/06, em razão de representar risco de não obtenção de propostas para o lote, ensejando republicação do processo licitatório. Muitas vezes, mesmo sem a aplicação desses benefícios, conforme histórico dos processos licitatórios lançados pelo município, alguns itens restam fracassados, por ausência de propostas, e a inclusão de tais benefícios tende a piorar este quadro. Portanto, por se tratar de objetos para manutenção das unidades policiais, vislumbra-se adequada a não concessão de tais benefícios, permitindo, assim, que toda e qualquer empresa possa participar do certame, independentemente do seu enquadramento.

II – DO OBJETO

2.1 – Constitui objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada na transformação de um veículo comum em viatura do tipo Auto Resgate (AR) nos padrões do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, conforme descrito no Anexo I deste Edital.

2.2 – Quaisquer divergências existentes entre a descrição do objeto deste Edital e o descritivo do objeto disposto no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá a descrição deste Edital.

III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2 É vedada a participação de:

- a) empresas declaradas inidôneas por ato de qualquer autoridade competente para tanto;
- b) empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Tubarão-SC;
- c) empresas em processo de falência declarada, concordada ou recuperação judicial, ou em regime de consórcio.

3.3 As empresas interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no item I deste edital.

IV – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 Os fornecedores deverão inserir suas propostas iniciais no sistema até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital.

4.2 A proposta enviada em formulário específico deverá conter os seguintes dados:

- a) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias;
- b) Ser apresentada por valor de cada item e total do lote, com valores expressos em Reais;

c) O preço unitário e total deverá ser fixo em reais. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração;

d) O prazo de entrega de cada produto cotado, conforme o item 12 deste Edital;

e) Declaração de que o licitante cumpre com as normas do Edital e da habilitação.

4.3 Não será admitida proposta com quantidade inferior ao solicitado para cada lote.

4.4 O preenchimento incorreto dos dados necessários à análise da proposta implicará na desclassificação da mesma.

4.5 O valor proposto pela empresa, bem como os seus lances, é de sua exclusiva responsabilidade. Os pedidos de desclassificação de proposta, fundados em erro de digitação ou em inexecuibilidade, quando alegada pela própria proponente, serão analisados caso a caso pelo pregoeiro, durante a sessão pública. A proposta obriga o proponente para todos os efeitos, e o não cumprimento da obrigação gera a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

4.6 O julgamento das propostas será feito pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

4.7 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar sua condição no momento do envio da proposta e apresentar, com os documentos de habilitação, certidão simplificada, comprovando o enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007.

V – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

5.1 O Pregoeiro dará início à Sessão Pública na data e horário previstos neste Edital, via sistema eletrônico, com a abertura das propostas e divulgação do valor da melhor proposta.

5.2 Aberta a sessão, o Pregoeiro procederá à abertura e análise preliminar das propostas.

5.3 O pregoeiro desclassificará, motivadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

5.4 Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão.

VI – DA ETAPA DE LANCES

6.1 O preço de abertura da etapa de lances do lote corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

6.2 No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

6.2.1 Caso restem duas ou mais propostas empatadas, será realizado sorteio público para a declaração da proposta vencedora.

6.3 Aberta a etapa competitiva, os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o mesmo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

6.4 Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR DE CADA LOTE**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.5 Somente serão aceitos lances com preços em reais.

6.6 Somente será aceito o lance cujo valor seja inferior ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

6.7 É facultado ao Pregoeiro estabelecer a redução mínima em cada lance.

6.8 Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com o Edital (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo desclassificado pelo pregoeiro através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o pregoeiro justificará o motivo da desclassificação do lance através de mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo pregoeiro.

6.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.10 Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os proponentes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.11 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema, sendo facultado ao pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá período de tempo de até 15 (quinze) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12 Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.12.1 Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.12.2 Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as microempresas ou empresas de pequeno porte classificadas de acordo com o item 6.12.2, I, poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo lote, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 6.12.2, III, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do item 6.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 6.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

6.13 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.14 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

6.15 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação. **Não serão admitidos, após a etapa de lances e respectiva negociação, valores superiores aos previstos no Termo de Referência (anexo I do Edital).**

6.16 Após análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro anunciará o proponente vencedor.

6.17 Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o proponente vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente,

verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por lote, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

VII – DA HABILITAÇÃO

7.1 Para **habilitação**, deverá a(s) licitante(s) encaminhar ao pregoeiro a documentação exigida no edital, via sistema **concomitantemente** com as propostas anexando-a à plataforma eletrônica utilizada. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em sua via original ou cópia autenticada eletronicamente, sendo que, os documentos que necessitarem de assinatura, esta deverá ser de forma digital, inclusive as propostas.

7.1.1 Não serão aceitos documentos que precisarem de autenticação em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.2 Nas certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 120 (cento e vinte) dias da emissão, exceto àquelas previstas em lei, os atestados referente à qualificação técnica, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e os documentos emitidos pela internet, cuja regularidade poderá ser verificada pelo mesmo meio.

7.2 Os proponentes deverão apresentar:

7.2.1 Documentos relativos à habilitação jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;
- d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- e) **certidão simplificada**, comprovando o enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, exclusivamente às empresas que desejarem fazer uso dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06;

7.2.2 Documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e de Quitação de Tributos e Contribuições Federais – conjunta (administrado pela Secretaria da Receita Federal);
- c) Certidão Negativa de Débitos – CND junto à Previdência Social;
- d) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal);
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a

apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

- h) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida tanto pelo sistema e-Proc quanto pelo sistema SAJ do Poder Judiciário de Santa Catarina, para as empresas sediadas em Santa Catarina. As demais licitantes apresentarão a referida certidão de acordo com o Tribunal de Justiça ou cartório distribuidor correspondente ao seu Estado.

7.2.3 Outras exigências

- a) Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação (conforme modelo constante no anexo II);
- b) Declaração de cumprimento ao disposto no XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante no anexo III).

7.3 O vencedor do certame que não apresente a documentação exigida, no todo ou em parte, será desclassificado, podendo a ele ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então o detentor da proposta seguinte na ordem de classificação.

7.4 A documentação será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

7.5 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição, inclusive a certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, conforme previsto no item 4.7 deste edital.

7.6 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.7 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

VIII – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

8.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até três (03) dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas e documentação de habilitação, **exclusivamente por meio de formulário eletrônico.**

8.1.1. Caberá a Autoridade Competente decidir sobre a impugnação.

8.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, poderá ser designada nova data para a realização do certame.

IX – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo a proponente **manifestar motivadamente** sua intenção de interpor recurso, **através de formulário próprio do Sistema Eletrônico**, explicitando sucintamente suas razões, durante o prazo informado pelo Pregoeiro.

9.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

9.2. A proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de **03 (três) dias** para a apresentação das razões do recurso, **por meio de formulário específico do sistema**, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, a contar a partir do término do prazo de recorrente.

X – DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

10.2 No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

10.3 A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação, convocando o vencedor a assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

10.4 A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo.

10.5 Decorrido o prazo do item 10.3, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo o proponente convocado para a assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às penalidades previstas na Lei nº 10.520/02 e neste Edital.

XI – DO CONTRATO E DO PRAZO

11.1 O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93 observadas suas alterações, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

11.1.1 A contratada deverá manter os trabalhadores envolvidos na execução contratual devidamente capacitados sobre o tema “Saúde e Segurança do Trabalho”, durante toda a vigência do contrato.

11.2 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

11.3 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

11.4 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência, a partir da data da sua assinatura.

XII – DO PEDIDO, DA ENTREGA E DO PAGAMENTO

12.1. O pedido será realizado pelo Município por meio de Autorização de Fornecimento – AF, cuja emissão se dará conforme a necessidade do Município.

12.2 A Contratada disporá do prazo de 90 (noventa) dias corridos, para a entrega e prestação do serviço, conforme especificado no Termo de Referência e/ou necessidade da entidade, contados a partir da notificação da Autorização de Fornecimento – AF.

12.3 A entrega será feita na sede do quartel do 8º Batalhão de Bombeiros Militar, endereço: Avenida Patrício Lima, 804, Humaitá, Tubarão/SC, CEP 88704-410, ou outro local a ser indicado pela Administração, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do Edital.

12.4 A Administração Municipal disporá do prazo de 05 (cinco) dias para analisar o serviço e providenciar o início do pagamento, caso aceito, ou notificar a Contratada, no caso de não aceitação.

12.5 Na hipótese da não aceitação do serviço, o mesmo deverá ser substituído no prazo máximo estabelecido pelo Município, sob pena de aplicação de multa e demais cominações previstas em Lei e neste Edital.

12.6 O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

12.7 As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as informações contidas nas respectivas Autorizações de Fornecimento, observando, sobretudo, a descrição da razão social, bem como o nome do Programa a que se refere à dotação orçamentária utilizada, descrita no campo do Centro de Custo.

12.8 A emissão das notas fiscais em desconformidade com as respectivas Autorizações de Fornecimento acarretará na não aceitação e consequente devolução das mesmas.

12.9 Deverá, ainda, constar na nota fiscal o número da Autorização de Fornecimento correspondente.

12.10 O preço total deverá ser fixo em reais, equivalente ao preço da data da sessão pública de disputa de preços.

12.11 Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

12.12 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal e entrega do objeto no setor competente.

12.13 A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

12.14 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

12.15 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 03 (três) vias.

12.16 Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa para a aquisição do objeto licitado correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

51.001.2.020.4.4.90.00.00.1.701.0618 (111) - MANUTENÇÃO DO FUMREBOM – BOMBEIROS

XIV – DAS PENALIDADE

14.1 Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, das quais se destacam:

- a) impedimento de participar de licitações com o Município, no prazo de até 05 (cinco) anos;
- b) descadastramento do sistema de cadastro a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/2002, no prazo de até 05 (cinco) anos.
- c) multa de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo.

14.2 Os valores das multas aplicadas previstas nas alíneas do item anterior poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

14.3 Da aplicação das penas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

14.4 O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XV – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018

15.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.2 As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

15.3 Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

15.4 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

XVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

16.2 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.3 O resultado de qualquer fase da licitação será lavrado em Ata, disponível a toda sociedade no portal <http://portaldecompraspublicas.com.br>, bem como, divulgado no site do Município, através do endereço: <http://www.tubarao.sc.gov.br>, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

16.4 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.5 No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital.

16.6 Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Tubarão – SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.7 Os requerimentos a serem formulados acerca da presente licitação DEVERÃO ser: pedidos de esclarecimentos pelo portal <http://portaldecompraspublicas.com.br>; pedidos de revisão e reajustes via sistema 1Doc por meio de “Protocolo” através do link: <https://tubarao.1doc.com.br/atendimento>, onde serão analisadas em horário de expediente, qual seja, das 13 às 19 horas.

16.8 Fazem parte deste Edital:

Anexo I – Relação dos itens e Valor Estimado – Termo de Referência.

Anexo II – Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação (modelo);

Anexo III – Declaração de cumprimento ao disposto no XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (modelo);

Anexo IV – Minuta de Contrato.

Tubarão-SC, 20 de abril de 2023.

Gelson José Bento
Prefeito Interino

ANEXO I **TERMO DE REFERÊNCIA**

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na transformação de um veículo comum em viatura do tipo Auto Resgate (AR) nos padrões do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, conforme condições e especificações constantes neste Termo de Referência na forma de Pregão (Presencial ou Eletrônico) no critério Menor Preço.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 O presente certame faz-se necessária para atender as necessidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar de Tubarão. Trata-se da transformação do veículo Caminhonete Chevrolet S-10, adquirido pelo Cincatarina neste município, denominado Auto-Resgate (AR) após transformação, o qual será utilizado para resgate e atendimento de ocorrências.

2.2 Foi optado pelo modelo “lote único”, pois de outra forma, cada item poderia ter uma empresa ganhadora diferente, gerando custos no transporte/deslocamento entre a entrega de um item e outro, podendo inclusive as empresas ganhadoras serem de estados diferentes. Além do custo com transporte, há o risco de avarias durante o deslocamento, gerando novos custos e, inclusive, a possibilidade da perda da garantia.

3. ESPECIFICAÇÕES

Os itens deverão atender as especificações do **ANEXO A – TRANSFORMAÇÃO AUTO-RESGATE** de acordo com as especificações, bem como os padrões estabelecidos pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

4. OBSERVAÇÕES

4.1. O prazo de entrega não superior a **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data do pedido.

4.2. O local de entrega será o quartel do 8º Batalhão de Bombeiros Militar, endereço: Avenida Patrício Lima, 804, Humaitá, Tubarão/SC, CEP 88704-410.

4.3. A contratada deverá efetuar o traslado do veículo (ida e volta) através de guincho (tipo plataforma) para execução dos serviços contratados, sendo o veículo retirado e devolvido, conforme item 4.2.

4.4 O contratado deverá entregar os materiais intactos, novos, em perfeitas condições de uso e devidamente montados, cumprindo os critérios técnicos exigidos neste termo. Materiais ou serviços considerados inadequados ou que apresentarem qualquer tipo de defeitos, não serão aceitos pela contratante.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 A despesa para eventual aquisição do objeto licitado correrá por conta da dotação orçamentária constantes na Lei Orçamentária Anual.

Lote	Item	Descrição	Item Orçamentário	Subação	Fonte de Recurso
01	01	Sinalização acústico visual	4.4.90.52.57	2.020 - 96	0.1.64.0618
	02	Conjunto de tapetes vinílicos	4.4.90.52.57		
	03	Grafismo e Pintura padrão CBMSC	4.4.90.39.19		
	04	Capota de fibra com janelas de vidro	4.4.90.52.57		
	05	Quebra mato	4.4.90.52.57		
	06	Guincho elétrico	4.4.90.52.57		
	07	Kit com engate para reboque	4.4.90.52.57		
02	08	Rádio VHF DMR Híbrido	4.4.90.52.06		

6. QUADRO QUANTITATIVO

Lote	Item	Descrição	Qty	Valor Médio	Valor Total
01	01	Sinalização acústico visual	01	R\$ 8.200,00	R\$ 8.200,00
	02	Conjunto de tapetes vinílicos	01	R\$ 1.396,67	R\$ 1.396,67
	03	Grafismo e Pintura padrão CBMSC	01	R\$ 10.628,00	R\$ 10.628,00
	04	Capota de fibra com janelas de vidro	01	R\$ 9.253,33	R\$ 9.253,33
	05	Quebra mato	01	R\$ 3.026,67	R\$ 3.026,67
	06	Guincho elétrico	01	R\$ 7.266,67	R\$ 7.266,67
	07	Kit com engate para reboque	01	R\$ 1.357,33	R\$ 1.357,33
Total Lote 01					R\$ 41.128,67
02	08	Rádio VHF DMR Híbrido	02	R\$ 11.150,00	R\$ 22.300,00
Total Lote 02					22.300,00

7. DA ESTIMATIVA

7.1. O valor total estimado para atender a despesa é de **R\$ 63.428,67 (Sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e oito reais e sessenta e sete centavos)**.

ANEXO A – TRANSFORMAÇÃO AUTO-RESGATE

1. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO LOTE 01

1.1. A empresa vencedora do lote 01, deverá fornecer os itens conforme descritivo técnico abaixo.

1.1. LOTE 01 – ITEM 01 - ADAPTAÇÃO DO VEÍCULO:

1.1.1 SINALIZAÇÃO VISUAL DE EMERGÊNCIA:

Sinalizador visual constituído por uma única barra sinalizadora, instalada o mais a frente possível da cabine, com lente inteiriça na cor vermelha, cujas dimensões ocupem mais de 90% da largura do teto do veículo e não ultrapassem a dimensão máxima da largura do teto.

Unidade luminosa composta por diodos emissores de luzes (*LED's*) de **alto brilho** montados em blocos ópticos de acrílico, policarbonato composto por no mínimo 2 fileiras de *led's*, com potência individual de **03 watts**, na cor vermelha; distribuídos pelas faces laterais, frontal e traseira com visibilidade de 360°, módulo único em policarbonato translúcido de alta resistência mecânica/térmica e a raios ultravioleta, dotada de base construída em ABS (reforçada com perfil de alumínio extrudado), sem que haja pontos cegos de luminosidade. A barra deverá ser instalada na parte frontal do teto da cabine do veículo.

O sinalizador visual deverá ser controlado por controle central único, dotado de micro processador ou micro controlador, que permita a geração de lampejos luminosos de altíssima frequência, com pulsos luminosos de até 25 ms. O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos Leds devendo garantir também a intensidade luminosa dos Leds, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos Leds. O consumo máximo da barra nas diversas funções dos Leds, não deverá ultrapassar 5 A, na condição de alimentação nominal.

O módulo de controle deverá possuir capacidade de geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado, em deslocamento e em situação de emergência e até mais 3 outros padrões de "flashes" distintos ou outras funções de iluminação a serem definidos/utilizados no futuro, sem custos adicionais, os quais deverão ser acionados separados ou simultaneamente no caso de se utilizar LED e dispositivos de iluminação não intermitentes (luzes de beco e/ou frontais).

Deverá ser fornecido o laudo emitido por laboratório independente, vedada do próprio fabricante, que comprove que o sinalizador luminoso frontal a ser fornecido atende a norma SAE J575 e SAE J595, no que se refere aos ensaios de vibração, umidade, poeira, corrosão e deformação. Este equipamento deverá ser instalado em console confeccionado em fibra ou ABS e ser fixado sobre o painel do veículo, juntamente como o rádio de comunicação;

Na dianteira da viatura deverão ser instalados 4 (quatro) mini-sinalizadores, composto por 03 (três) LEDs de alta potência (1W) cada LED, (tipo strobo), com as seguintes especificações:

- Cor branco.
- Capacidade luminosa: 540 Lumens típicos totais para cada mini-sinalizador, ou mais.

Na parte da traseira, deverão ser instalados 02 (dois) mini-sinalizadores, composto por 03 (três) LEDs de alta potência (1W) cada LED, (tipo strobo), com as seguintes especificações:

- Cor Vermelho.

- Capacidade luminosa: 540 Lumens típicos totais para cada sinalizador, ou mais.

Os interruptores da sinalização visual, devem ser localizados em um painel ao alcance do motorista, com identificação.

O sistema de controle dos sinalizadores visual e acústico deverá ser único, permitindo o funcionamento independente de ambos os sistemas. Deverá ser instalado em console sobre o painel ou no local originalmente destinado à instalação de rádio possibilitando sua ação por ambos os ocupantes da cabina.

O equipamento deverá possuir sistema de gerenciamento de carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado, desligando o sinalizador se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor.

O sistema deverá possuir proteção contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios.

1.1.2. SINALIZAÇÃO SONORA DE EMERGÊNCIA:

Composta de sirene eletrônica e uma unidade sonofletora com capacidade de 100W (cem) watts e, no mínimo, quatro tipos de sons independentes. A unidade sonofletora deverá ser instalada o mais à frente possível no veículo no interior do compartimento do motor e voltadas para a dianteira.

1.2. LOTE 01 – ITEM 02 – CONJUNTO DE TAPETES VINÍLICO

Composto de material vinílico, impermeável e resistente na cor cinza ou preto. Deverá revestir todo a assoalho de veículo e laterais até a altura das portas e bancos.

1.3. LOTE 01 – ITEM 03 – GRAFISMO (PLOTAGEM) E PINTURA PADRÃO CBMSC

Deverá ser plotada com o grafismo padrão do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, conforme RESOLUÇÃO N° 3, de 29 de janeiro de 2021, Manual de Viaturas e Equipamentos do CBMSC em vinílico auto-adesivo refletivo 3M, de alta qualidade.

Será disponibilizando ao vencedor do lote 01, o manual de identidade visual padrão do Corpo de Bombeiros Militar e também informado o prefixo nominal da viatura.

As viatura deve ter a cor vermelha sólido original de fábrica, o mais próximo possível ao vermelho da marca da instituição, item 5 do “Manual da Marca”. PANTONE®: Pantone 186 C. As demais cores serão inseridas através de plotagem, especificadas nos seus detalhamentos.

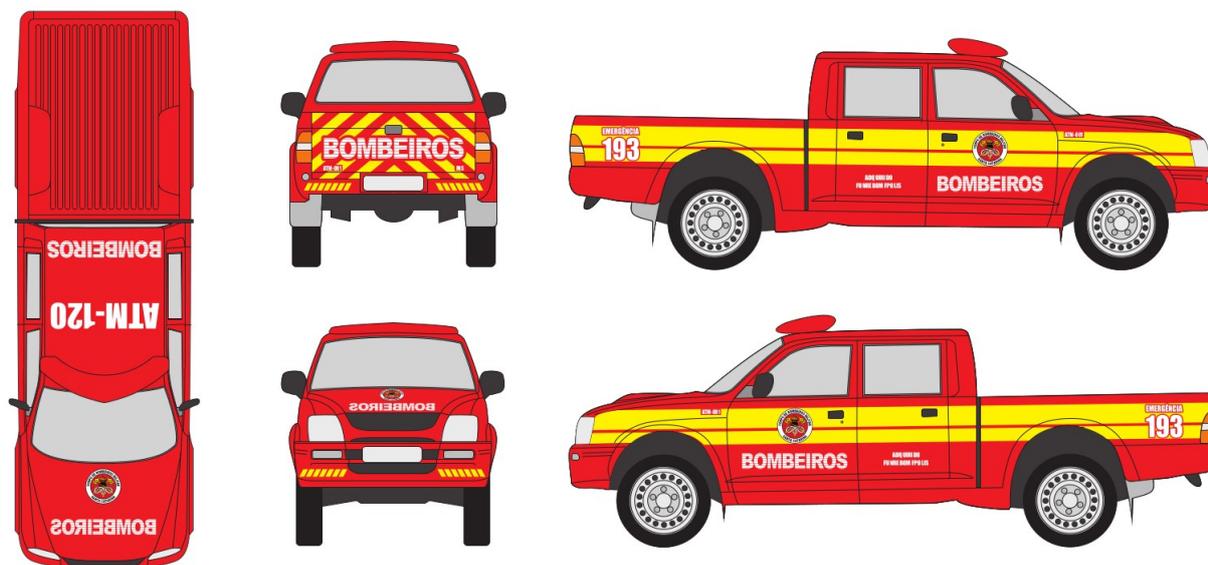


Foto ilustrativa do grafismo (lay-out).

1.4. LOTE 01 – ITEM 04 – CAPOTA:

Capota em plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV), na mesma cor e altura do veículo, com aberturas na tampa traseira e nas janelas laterais da capota, com fechamento em policarbonato com película escurecedora e abertura da tampa traseira. O interior desta capota/compartimento deverá ter iluminação interna de LED. A tampa traseira deverá possuir controle de abertura com amortecedores a gás e fechamento por meio de dispositivo com chaves, construídos em aço inoxidável.

1.5. LOTE 01 – ITEM 05 – PÁRA-CHOQUE DE IMPULSÃO (QUEBRA MATO) COM SUPORTE (MESA) PARA GUINCHO ELÉTRICO:

Pára-choque de impulsão (quebra-mato), confeccionado em tubo e chapa metálica, com pintura de proteção epóxi, sem tela de proteção para os faróis. A estrutura deverá suportar a instalação de um guincho elétrico conforme especificado abaixo. A peça deverá receber pintura tipo eletrostática na cor preta e tratamento antioxidante com secagem em estufa. O equipamento deverá ser fixado nas longarinas do chassi do veículo, e ainda, possuir dois (02) olhais para ancoragem tipo manilha.

1.6. LOTE 01 – ITEM 06 – GUINCHO ELÉTRICO

Guincho elétrico integrado de capacidade mínima de 12.000 libras/ 5.400 kgf, com motor de 3,8 HP, redução de 138:1, controle remoto de 03 (três) pólos com cabo de acionamento com no mínimo 3,5 metros de comprimento, cabo de aço com comprimento mínimo de 27m e espessura de 5/16". Na extremidade do cabo deverá ser instalado um gancho de aço forjado, com capacidade superior a de tração do guincho. O guincho deverá ser fornecido com sistema de roldanas, cabo de aço com gancho de aço forjado que

permitam dobrar sua capacidade de arrasto, com a velocidade de arrasto reduzida a metade. Deverá vir com capa protetora em tecido reforçado (couro) na cor preta.

1.7. LOTE 01 – ITEM 07 – KIT COM ENGATE PARA REBOQUE

Deverá atender as seguintes características: a) esfera maciça apropriada ao tracionamento de reboque ou trailler; b) tomada e instalação apropriada para conexão ao veículo rebocado; c) dispositivo para fixação da corrente de segurança do reboque; d) ausência de superfícies cortantes ou cantos vivos na haste de fixação da esfera; e) ausência de dispositivo de iluminação. (Antiga alínea "b" renomeada e com redação dada pela Resolução CONTRAN n° 234, de 11.05.2007, DOU 21.05.2007).

Engate para reboque traseiro com as devidas ligações elétricas e em conformidade com a Resolução n° 197/06 do Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN;

2. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO LOTE 02

A empresa vencedora do lote 02, deverá fornecer e instalar nos veículos os itens conforme descritivo técnico abaixo.

2.1. LOTE 02 – ITEM 08 – RADIO MÓVEL VHF DMR COM VISOR E GPS.

a) Composição:

- 01 (um) equipamento rádio transmissor-receptor;
- 01 (um) módulo GPS integrado ao equipamento;
- 01 (um) microfone de mão com tecla de transmissão;
- 01 (um) conjunto de cabo de alimentação e suporte de fixação;
- 01 (um) alto-falante frontal;
- 01 (uma) antena VHF WHIP ¼ de onda, 0 dB de ganho, com antena de GPS incorporada, para fixação no teto do veículo;
- 01 (uma) licença para operação em *Roaming*

OBS: O equipamento deverá ser instalado e programado (em viaturas) na unidade de Bombeiros responsável pela compra do(s) equipamento(s).

b) Características Gerais:

- Fácil manuseio e operação;
- Controles do painel:
 - Chave liga/desliga, controle de volume, seleção de canais, alto-falante frontal, conector de microfone, sinalização luminosa, teclas programáveis;
- Tela colorido ou preto e branco, com no mínimo 4 linhas multi-segmentado com rolamento, para exibição de mensagens de texto recebidas, verificação dos ícones de status e visualização de mensagens de envio;
- Indicação de status operacionais;
- Indicação de intensidade do sinal recebido;



- Monitoração;
- Nível de sinal de recepção
- Tons desativados;
- GPS disponível e/ou indisponível;
- Varredura;
- Mensagem não lida;
- Caixa de entrada cheia;
- Emergência;
- Privacidade;
- Comunicação direta;
- Chamada individual;
- Chamada em grupo;
- Chamada geral;
- Mensagem enviada com êxito;
- Falha de envio de mensagem;
- Mensagem em andamento;
- Faixa de frequência: 136 à 174 MHz;
- Espaçamento de canais: 12,5kHz;
- Número de canais: o transceptor deve permitir, no mínimo, a programação de 1000 (um mil) canais;
- Possibilidade de configuração de até 250 zonas;
- Varredura de canais;
- Tipo de serviço: simplex e semi-duplex;
- Alimentação: 13.8 VCC \pm 15%, com negativo à massa;
- Possibilidade de transmissão de voz e dados (mensagens pré-programadas);
- Operar em tecnologia digital que permita duas conversações simultâneas em um único canal de 12.5 kHz;
- Protocolo digital deverá ser no padrão DMR (rádio móvel digital) do ETSI (Instituto Europeu de Normas de Telecomunicações);
- Tecnologia: TDMA;
- Padrões militares STD/810 C,D,E,F e G;
- Peso máximo: 1,9 kg;
- Dimensões máximas: 54 x 176 x 206 mm;
- Deverá permitir roaming automático (permitirá que o usuário se desloque ao longo do trecho sem a necessidade de mudança manual do canal);
- Deverá possuir privacidade avançada (criptação): mínimo RC 40 bits;

- Deverá ter possibilidade de interrupção de transmissão: possibilidade de intercalar instantaneamente em uma conversação em andamento, para compartilhamento de informação crítica para o grupo.

c) Características mecânicas:

- Montagem em gabinete apropriado para operação em veículos;
- Gabinete à prova de umidade, corrosão e vibrações mecânicas;
- Ergometria de fácil visualização e acesso aos controles do painel;
- Acústica com boa resposta de áudio do alto falante;
- Identificações no corpo do equipamento:
- Número de série do equipamento gravado no equipamento;
- Selo identificando o número de certificação junto a ANATEL;
- Dissipação térmica: compatível com o calor gerado dentro do regime intermitente da operação (20% TX e 80% RX), e
- O transceptor deverá possuir um conector no painel traseiro, disponibilizando pelo menos, os seguintes pontos:
 - Saída para alto-falante externo;
 - Entrada de áudio de transmissão;
 - Saída de áudio de recepção;
 - Entrada para colocar o transceptor em modo transmissão;
 - Saída programável com a função de alarme externo;
 - Entrada programável com a função de detecção de ignição Terra;

d) Características eletrônicas básicas:

- Modulação: 4FSK (digital);
- Tipo de emissão: 7K60F1W;
- Espaçamento de canais: 12,5kHz com programação dentro da faixa acima;
- Tecnologia baseada em microprocessador;
- Controle de RF (radiofrequência) através de sintetizador eletrônico;
- Proteção eletrônica contra:
 - Variação de impedância de RF por descasamento da antena;
 - Excesso de potência do transmissor acima do limite nominal do modelo, e acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento, com aviso sonoro ao usuário de “tempo esgotado” (t.0.t.), sendo programável, externamente via computador PC.
- Memória eletrônica para programação/reprogramação da(s) frequência(s) de operação e dos recursos operacionais, por acesso externo via computador PC.

e) Especificação de transmissores:

- Potência nominal de RF (mínima): 45 W com redução por ajuste programável via PC até 25W;
- Estabilidade de frequência (-30°C a +60°C): melhor ou igual a ± 0.5 PPM;
- Consumo em transmissão: máximo de 14,5 A para potência plena (em CC);
- Resposta de áudio: TIA 603D;
- Distorção de áudio: melhor ou igual à 3%;
- Vocoder digital: AMBE +2.

f) Especificação dos receptores:

- Sensibilidade digital: melhor ou igual a $0.30 \mu\text{v}$ @ 5% BER;
- Estabilidade de frequência (-30°C à +60°C): melhor ou igual a ± 0.5 PPM;
- Seletividade: melhor ou igual a 50 dB @ 12,5 kHz;
- Intermodulação: melhor ou igual à 78 dB;
- Rejeição de espúrios: melhor ou igual à 80 dB;
- Saída de áudio: mínimo de 3 Watts

g) Recursos de sinalização e controle:

A abertura do silenciamento do receptor deverá ser programável e selecionável externamente, via computador PC, com as seguintes opções:

- Modo digital:
 - Segurança privacidade avançada (mínimo RC 40 bits).
- Funções digitais:
 - Chamadas em grupo;
 - Chamada privada;
 - Monitor remoto;
 - PTT-ID;
 - Inibição do rádio;
 - Verificação do rádio;
 - Alerta de chamada;
 - Alarme de emergência;
 - Transmissão de interrupção.

h) GPS:

- TTFF (tempo para o primeiro ponto fixo) – arranque à frio: < 60 segundos;
- TTFF (tempo para o primeiro ponto fixo) – arranque à quente: < 10 segundos;
- Precisão horizontal: < 5 metros

i) Antena móvel:

- Antena: WHIP VHF de $\frac{1}{4}$ de onda 130-512 MHz 0 dB;
- Tipo: omnidirecional;



- Ganho: 0 dB / 2,15 dBi;
- Polarização: vertical;
- Faixa de frequência: 130-512 MHz;
- Abertura vertical: 78 graus;
- Potência máxima: 100 W;
- VSWR < 1.5:1;
- Impedância: 50 ohms;
- Conector: UHF macho (PL259) ou macho mini UHF;
- Cabo: 5m de RG58;
- Diâmetro base de fixação: 19mm(3/4);
- Material principal: alumínio/latão/aço inox;
- Resistência ao vento até 150km/h;
- Peso: 350g;
- Comprimento fornecido: 550mm.

j) Antena GPS:

- Antena GPS;
- Faixa de frequência: 1575,42MHz \pm 3MHz; VSWR;
- Largura de banda: \pm 5MHz;
- Impedância: 50 ohms;
- Ganho: > 3dBic 7x7cm ;
- Cobertura de ganho > -4dBic à -90° <0<+90 $^{\circ}$ (over 75% volume);
- Polarização: RHCP;
- INA/filtro: ganho INA (sem cabo) 13dB / 26dB / 28db. Noise figure;
- Atenuação: (fo=1575.42mhz); 7db (fo = \pm 20mhz); 20db (fo = \pm 50mhz); 30db (fo = \pm 100mhz);
- V.S.W.R <2.0:1;
- DC voltage: 2.7v / 3.0v / 3.3v / 5.0v / 3.0v to 5.0v / other;
- Corrente alternada: 5ma / 11ma / 15ma máx.
- Peso físico < 110g;
- Dimensões: 49x39x14mm;
- Cabo RG174;
- Comprimento de cabo 2m, 3m, 5m.
- Conector: SMA/SMB/SMC/BNC/FME/TNC/MCX/MMCX;
- Montagem: base magnética;
- Cor: preto;
- Temperatura de trabalho: -40°C ~ +85°C;



- Resistência a vibração: 1g (0-p) 10~50~10Hz ;
- Umidade: 95 ~100% RH;
- **Resistência à água: 100% de resistência.**

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada na transformação de um veículo comum em viatura do tipo Auto Resgate (AR) nos padrões do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, Sr(a), portador da carteira de identidade nº, e do CPF nº, Declara, na forma e sob as sanções previstas na Lei 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de HABILITAÇÃO exigidos para a participação nesta licitação.

DECLARA, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, conforme disposto neste edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

CAMPO DESTINADO A ME/EPP

() Sem ressalva

() Com ressalva quanto à regularidade fiscal, conforme previsão legal (§1º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (Modelo)

PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada na transformação de um veículo comum em viatura do tipo Auto Resgate (AR) nos padrões do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal, sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, **DECLARA** para fins do disposto no inciso V do art. 27 da lei 8.666/93, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (_____).

Local e data: _____, _____, _____ de _____ de _____.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.

ANEXO IV

Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/20xx
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023

PREÂMBULO

CONTRATANTES

O Município de Tubarão/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 82.928.656/0001-33, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 108, bairro Centro, nesta cidade, neste ato representado pelo Prefeito interino, Sr. Gelson José Bento, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº, com sede à rua, nº, bairrona cidade de, representada neste ato pelo Sr., doravante denominada CONTRATADA, pactuam entre si as cláusulas a seguir:

LOCAL

Lavrado e assinado em Tubarão, na sede da Prefeitura Municipal de Tubarão, situada na Rua Felipe Schmidt nº 108, bairro Centro, Tubarão/SC.

FUNDAMENTO LEGAL DA ADJUDICAÇÃO

Este contrato decorre do procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023, Processo Licitatório nº 43/2023, homologado em/...../....., em conformidade com o que consta do referido processo, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e às normas da Lei Federal 10.520/02, a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, o Decreto Municipal nº 2.450/07, e demais legislações aplicáveis, inclusive quanto aos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

O objeto do presente é a contratação de empresa especializada na transformação de um veículo comum em viatura do tipo Auto Resgate (AR) nos padrões do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, cujas especificações encontram-se no Anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 09/2023, o qual integra o presente instrumento contratual em todos os seus termos.

CLÁUSULA SEGUNDA – ENTREGA

A Contratada disporá do prazo de até 90 (noventa) dias corridos, para entregar o objeto efetivamente autorizado, contados a partir do recebimento pela empresa da Autorização de Fornecimento.

A entrega será o quartel do 8º Batalhão de Bombeiros Militar, endereço: Avenida Patrício Lima, 804, Humaitá, Tubarão/SC, CEP 88704-410, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do Edital.

2.3 A contratada deverá manter os trabalhadores envolvidos na execução contratual devidamente capacitados sobre o tema “Saúde e Segurança do Trabalho”, durante toda a vigência do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO CONTRATUAL.

O(s) Contrato(s) decorrente(s) deste processo licitatório terão vigência até 12 (doze) meses a partir

do exercício financeiro em que forem firmados, e será permitida a prorrogação contratual, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇOS, PAGAMENTOS E REAJUSTES

PREÇOS

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo objeto contratual o(s) valor(es) constantes da proposta financeira apresentada durante o procedimento licitatório, qual seja, R\$

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa para a aquisição do objeto licitado correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

51.001.2.020.4.4.90.00.00.1.701.0618 (111) - MANUTENÇÃO DO FUMREBOM – BOMBEIROS

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 dias contados a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal e entrega do objeto, a qual deverá ser entregue à Unidade Requisitante para conferência e certificação da mesma.

DO REAJUSTE

Os reajustes sobre a proposta contratada serão realizados pelo índice IPCA/IBGE, mediante requerimento a ser formalizado por meio de “Protocolo” no sistema 1Doc, o qual deverá ser requerido após 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta.

CLÁUSULA QUINTA – GARANTIAS

5.1 A CONTRATADA compromete-se a garantir o bem licitado, objeto do presente instrumento, sendo que quaisquer problemas surgidos durante este período deverão ser resolvidos pela CONTRATADA e às suas expensas, sem que isto gere qualquer tipo de ônus para o CONTRATANTE.

5.2 É dever da CONTRATADA manter seu domicílio atualizado junto ao gestor do contrato, o qual cientificará o fiscal de contrato de qualquer alteração informada no decorrer do procedimento;

5.3 Para fins de intimação a Contratada será notificada através de seu endereço eletrônico oficial atualizado (e-mail) acerca de quaisquer problemas surgidos durante a vigência do contrato, considerando-se assim, efetivada a intimação ao fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 As penalidades a serem aplicadas à Contratada procederão na forma do **item XIV** descrito no edital que deu origem a este Contrato.

6.2 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s) ou cobrada judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESCISÃO

Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração nos casos de rescisão prevista nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

8.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

8.2 As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

8.3 Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

8.4 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA –FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Tubarão para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E por estarem assim ajustados e contratados, firmam as partes o presente Contrato em duas vias de iguais forma e teor, que vão assinadas pelas partes e por duas testemunhas.

Tubarão/SC,de de 20xx.

Município de Tubarão
Gelson José Bento
Prefeito Interino

Contratada
Representante legal

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA